

## A historiografia indígena no contexto do século XX – retribalização e resgate da cultura

Rodrigo Bruno Laurintino

**Resumo:** O presente trabalho tem como escopo explicar a ideologia desenvolvimentista e quais as consequências do desenvolvimento afetam as comunidades indígenas brasileiras. Apresentar um debate teórico historiográfico dos discursos, Eurocêntrico em contraponto com a Alteridade, abordando o desenvolvimentismo e a questão indígena atual. Por fim, retomará o contexto histórico do Brasil no século XXI, e abordará a comunidade Pataxó e suas conquistas perante as dificuldades impostas pelo desenvolvimento.

**Palavras - chave:** Ideologia desenvolvimentista. Eurocentrismo. Alteridade. Comunidade Pataxó.

**Abstract:** *This work is scoped to explain the developmental ideology and what the consequences of development affecting indigenous communities in Brazil. Present a theoretical discussion of historiographical discourse, as opposed to the Eurocentric Otherness, developmentalism and addressing indigenous issues today. Finally, resume the historical context of Brazil in the XXI century, and shall address the Pataxó community and his achievements with the difficulties imposed by development.*

**Key - words:** *Ideology developmental. Eurocentrism. Alterity. Community Pataxó.*

### 1 Introdução

O presente trabalho pretende apresentar algumas reflexões sobre o que é a ideologia desenvolvimentista, que surgiu no Brasil a partir do século XX no governo Vargas, e quais as consequências que o desenvolvimento causa/interfere diretamente nas relações sociais e políticas perante as comunidades indígenas brasileiras.

O tema tem como objetivo debater como as novas tendências historiográficas tratam da inserção social das comunidades indígenas, promovendo um debate teórico historiográfico, de um conceito onde a aculturação é imposta pela sociedade vigente por meio da globalização/capitalismo. Em contrapartida a outra teoria abrangerá a inserção social, aceitação do ser humano na plenitude da sua dignidade, que prevalecerá na Alteridade.

O objetivo primacial do trabalho é abordar a historiografia indígena, em torno dos direitos destas comunidades, e a tentativa de inserção social por meio da construção de uma etnicidade, através do cumprimento dos artigos existentes na Constituição de 1988. Abrindo a margem para inúmeros movimentos de retribalização e resgate cultural, que são elaborados com auxílio do trabalho de historiadores e antropólogos, responsáveis por apresentar através de inúmeras pesquisas a diversidade cultural e o reconhecimento dessas minorias discriminadas.

O trabalho a ser proposto desenvolve-se a partir de pesquisas bibliográficas e documental, pertinente a todos os assuntos abordados, além de comentários e citações de autores da história, direito, e antropologia acerca da questão indígena brasileira, tomando proporção e força nos campos multidisciplinares tornando-se um tema frequente em discussões acadêmicas.

## 2 A Ideologia desenvolvimentista

O trabalho a ser desenvolvido tem como objetivo abordar a origem do desenvolvimentismo no Brasil no contexto histórico do século XX, e como o crescimento da economia brasileira tem trabalhado para fomentar esse discurso. No entanto ao desenvolvimento abordarei problemática da inserção social das comunidades indígenas no contexto social brasileiro, e explicar as consequências do desenvolvimentismo, e os impactos causados às comunidades indígenas do Brasil.

O campo do desenvolvimento é composto por atores que representam várias seções das populações locais (elites locais, líderes de movimentos sociais); funcionários políticos e privados em todos os níveis de governo; corporações nacionais, internacionais e transnacionais e organizações internacionais de desenvolvimento.

O desenvolvimento tem diferentes visões e posições políticas, variando de interesse em acumulação de poder econômico e político enfatizando em redistribuição e “igualdade”.

Os fatores relacionados à expansão e o crescimento econômico afetam instituições menos poderosas, como grupos locais vulnerabilizados por iniciativas de desenvolvimento, que destroem as relações com as comunidades indígenas, seus territórios e cultura. São estes conflitos que ganham uma visão mais focada da historiografia e antropologia, que tenta explicar a origem pela busca do desenvolvimento e suas contradições com um discurso de progresso, fomentar a urbanização e industrialização para tirar o país do atraso econômico.

Usualmente o termo desenvolvimentismo remete de imediato às teorias cepalinas (CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Como fenômeno histórico, em geral é associado no Brasil aos governos a partir da década de 1950, com Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. Numa análise mais abrangente, demonstra-se que mesmo os militares, com o rompimento da democracia e implantação do golpe em 1964, continuaram implementando políticas desenvolvimentistas. (FONSECA, 2004, p. 1)

O desenvolvimentismo ia além de um simples ideário, que emergiu como uma direção de ação voltada a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes. Passando a justificar a si mesmo, ou seja, quando havia a defesa explícita de que a principal tarefa do governo, consiste na busca do desenvolvimento econômico, e que esta é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, e a sua razão de ser.

São quatro correntes ideológicas que compõem as ideias que antecedem o desenvolvimentismo: a dos nacionalistas, a dos defensores da industrialização e a dos intervencionistas pró-crescimento, e o positivismo. Associados todos esses ideais, se deu a construção de um fenômeno historicamente novo: o desenvolvimentismo. (FONSECA, 2004, p. 2)

Assim, o desenvolvimento assume a configuração de uma utopia, um estágio superior a ser conquistado, como patamar mais elevado de felicidade. Sem ele a nação permanecerá no atraso, com péssima distribuição de renda periférica ou subordinada ao contexto internacional, com indicadores sociais degradantes. (FONSECA, 2004, p. 2)

Como uma boa ideologia tem que ser, ela é planejada, construída, firmada num projeto de sonho que se propõe factível e realizável e que, portanto, incita em um programa de ação. (FONSECA, 2004, p. 2)

Podem-se arrolar como precursores do desenvolvimentismo: Os Nacionalistas, os defensores da indústria, os papelistas (bancos) e por último os positivistas.

Foi no governo de Getúlio Vargas, que assumiu a Presidência do Rio Grande do Sul, em 1928, que o desenvolvimentismo pela primeira vez expressou-se de forma mais acabada. Nele as quatro vertentes formadoras do desenvolvimentismo aparecem associadas não só como propostas, mas como medidas que o governo começa a programar, configurando o embrião de uma nova relação entre Estado, economia e sociedade, ao sugerir que o primeiro tem que estar à frente das duas últimas, como forma de estimular seu desenvolvimento. (FONSECA, 2004, p. 17)

Não se deveriam medir esforços, empregam-se todos os meios e instrumentos para atingir o objetivo maior. Sendo este o crescimento da produção, o qual se torna o epicentro da política econômica e da ação estatal, este positivismo mescla-se com o papelismo (emissão abundante de papel moeda/bancos). (FONSECA. 2004. P-17)

O desenvolvimentismo, com isto, constrói e firma sua imagem de modernidade, progresso e contemporaneidade, sempre estando á frente do seu tempo. E ajuda a mostrar que o desenvolvimento não nasceria espontaneamente, deveria resultar de ações organizadas, realizadas com determinação e disciplina, requeria sacrifícios “comunidade indígena”, legitimava - se por princípios iluministas “civilizadoras” e exigia a sua frente governos fortes “ditatoriais”.

Fazia-se mister o estabelecimento de uma nova relação entre Estado e os responsáveis diretos da produção, a fim de um pacto para ambos cooperarem em prol da expansão das atividades produtivas para enfrentar as consequências nefastas do mercado capitalista internacional. (FONSECA, 2004, p. 18)

Partindo da origem e retomando aos dias atuais o desenvolvimento é um dos discursos mais inclusivos no senso comum e nas literaturas populares e especializadas. Sua importância para a organização das relações sociais, políticas e econômicas fez que os historiadores o considerassem uma das ideias básicas da cultura europeia ocidental moderna iluminista, que não pode parar por qualquer circunstância, e quem se opor a ela terá severas punições aplicadas pelos Agentes Repressores do Estado (Força Militar, Presídios, Centros de Internação dentre outros). Por exemplo, o caso dos índios retirados do Noroeste para construção de prédios residenciais no DF, o Estado teve que contar com a ajuda da polícia no auxílio de retirada da comunidade indígena que morava no local.

Ideologias e utopias são essencialmente relacionadas ao poder. Elas expressam disputa sobre interpretações do passado (ideologia) ou do futuro (utopia), e lutam para instituir

hegemonia estabelecendo certas visões retrospectivas como a verdade, como a ordem natural do mundo. (RIBEIRO, 2008, p. 7)

O fenômeno do desenvolvimento nos chama atenção porque existe efeitos de dispersão, localização e conflito produzidos por políticas derivadas das ações do “desenvolvimento” envolvendo sociedades indígenas, mas por outro lado existe uma relação entre evolução e sofisticação de instrumentos da gestão desenvolvimentista.

## 2.1 A Constituição de 1988

Desde 1964 a 1985 o Brasil esteve sobre o poder da ditadura militar, e refém do AI - 5 (Atos Institucionais), que privavam os direitos individuais e sociais, cuja finalidade era garantir, legitimar os direitos da ditadura. Que teve seu declínio em 1985 com a redemocratização do Brasil. Após o fim do Regime Militar, em todos os segmentos da sociedade, era unânime a criação de uma nova Carta, pois a anterior havia sido promulgada em 1967, em plena Ditadura Militar, além de ter sido alterada várias vezes com as emendas arbitrárias (AI - 5 – Atos Institucionais).

Dessa forma, em 1º de fevereiro de 1987, foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, composta por 559 congressistas (senadores e deputados federais, eleitos no ano anterior), e presidida pelo deputado Ulysses Guimarães, do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, promulgada em 5 de outubro de 1988, é a lei fundamental e suprema do Brasil, servindo de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico.

A Constituição de 1988 também deu enfoque ao Direito Indígena tornando-se premente um estudo detalhado, haja vista que na prática, pouco se avançou no que diz respeito à inclusão dos povos indígenas sob o enfoque da modernidade desenvolvimentista.

Em um breve resumo, serão abordados às principais leis que dão destaque aos direitos indígenas, presentes na Constituição de 1988; O Estado brasileiro garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade. E que são bens da União às terras tradicionalmente ocupada pelos índios, e cabe ao Ministério Público defender os direitos e interesses das populações indígenas. O Estado fornecerá educação básica e fundamental, valorizando a língua materna nos processos de aprendizagem, e caberá também ao Estado a proteção das culturas indígenas e afro-brasileiras, e de outros grupos participantes do processo “civilizatório” nacional. E que os bens materiais e imateriais serão ligados como referência a identidade, ação e memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Na citação abaixo serão apresentados alguns artigos que estão relacionados à questão indígena, presentes na Constituição de 1988, onde revela o grande marco do reconhecimento e alteridade das comunidades, contribuindo no processo de inúmeras retribalizações no Brasil.

## CAPÍTULO VIII

## Dos índios

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1.º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2.º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 5.º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

Art. 232. Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo. (BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil).

Neste ínterim, ou seja, após a promulgação da CF/88, também foi elaborado um documento intitulado AGENDA 21 DA ONU/1992, durante a Conferência das Nações Unidas, sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizado no Rio de Janeiro, que também veio a ampliar e integrar o sistema especial de proteção dos direitos humanos. Sendo que um capítulo interior desse documento foi dedicado para o reconhecimento e fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades. Ficando expressamente previsto que as populações indígenas devem desfrutar a plenitude dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, sem impedimentos ou discriminação, devendo ser fortalecido o papel dessas populações para implementação de um desenvolvimento saudável e sustentável. (ALVES, 2009, p. 558)

Dessa forma, hoje não se poder falar em direitos indígenas, sem pensar na problemática da inclusão social e direito de igualdade, partindo da premissa de que o índio é um cidadão brasileiro como qualquer outro, pois faz parte do povo brasileiro. Sendo assim, goza de todos os direitos e garantias fundamentais expressamente previstas na Constituição Federal. (ALVES, 2009, p. 560)

O desafio que é apresentado é assegurar plena efetividade e cumprimento ao texto constitucional, cabendo não só aos índios, mas também às suas organizações, ONGs, entidades de apoio, universidades, Ministério Público e a sociedade como um todo.

## 2.2 A Resistência e retribalização

Como não há um censo indígena no Brasil, os cálculos globais têm sido feitos – seja pelas agências governamentais [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Nacional do Índio (Funai) ou Fundação Nacional de Saúde (Funasa), pela Igreja Católica (Cimi) ou pelo Instituto Socioambiental (ISA) – com base numa colagem de informações heterogêneas, que apontam para estimativas globais as quais oscilam entre 590.000 e mais de 810 mil.

Estima-se que viviam no Brasil cerca de milhares de remanescentes na época da chegada dos portugueses. E os resistentes de hoje são grupos étnicos, que habitam áreas urbanas e ecológicas diversas, que falam mais de 170 línguas e dialetos. As sociedades indígenas no Brasil são extremamente diversificadas entre si: vivenciam processos históricos distintos e são portadoras de tradições culturais específicas. Estes grupos indígenas vivem distribuídos em todo o território brasileiro, não são grupos grandes, e mesmo diante do processo da modernização, muitos ainda mantêm a tradição e reprodução cultural, dando ênfase na caça, pesca coleta e plantio. Os índios souberam preservar sua cultura e tradições quando não pressionados irremediavelmente pelas frentes de expansão modernizadora. (VIDAL, 1990, p. 125)

Desde o passado histórico os índios sempre tiveram uma reconhecida capacidade de resistência, a prova maior é o número populacional que triplicou de 1990 com aproximadamente trezentos mil índios, e em 2013 estamos próximos dos novecentos mil índios. Esse trabalho tomou maior proporção em 1988, onde conseguem um espaço político apreciável nas discussões relativas à construção da cidadania a nível nacional e regional. Nestes últimos anos, muitos índios vêm participando ativamente de movimentos de base, reforçando alianças a nível local, conseguindo mobilizar a opinião pública nacional em torno de seus direitos.

Diante do modelo desenvolvimentista utilizado pelo governo brasileiro, inúmeras sociedades indígenas vêm sofrendo continuamente uma investida agressiva por parte dos mais variados setores de atividades: exploração mineral, produção de hidroelétricas, agro - pastoris, industriais, garimpeiros e extração de madeira.

O ponto colocado é a força de organização dos índios, que recebem apoio no âmbito global e contribuem para reformular o modo de pensar o futuro das sociedades indígenas. Isto se fez sentir nos avanços conquistados. Por este motivo a historiografia não pode abrir mão ao se resgatar o estudo sobre o índio, fornecendo fundamentos e diretrizes para a compreensão do desafio da inserção social indígena no contexto atual no estado brasileiro.

## 3 Eurocentrismo

Abordar-se-á um debate teórico historiográfico abordando a concepção eurocêntrica dominante, desde as suas origens ao contexto da atualidade. Em contraposição ao discurso Eurocêntrico, a Alteridade explicará a necessidade do reconhecimento da diversidade cultural, se tratando das minorias discriminadas, do reconhecimento do outro, compreender e reconhecer a plenitude da dignidade humana.

O eurocentrismo é um fenômeno etnocêntrico (que define uma cultura como melhor), popular as comunidades mais antigas da história erudita europeia - ocidental, mas que hoje é vista como uma ideologia, paradigma ou discurso, filosófico e teórico. Revela uma cultura “superior”, pois ela é a expressão máxima de uma dominação objetivada pelos europeus no mundo, como a real e única forma de se desenvolver. E todos os demais povos ou são bárbaros e primitivos ou estão estágio de desenvolvimento anterior, de modo que os indígenas estão fora do conceito de “civilização”.

Sendo assim, o eurocentrismo para ser legitimado, passou por um processo de ideologização, estando presente em vários textos clássicos que serviram de pilar na historiografia moderna iluminista, deturpando o olhar dos europeus acerca dos demais povos do mundo, como crianças que precisavam ser educadas pelas luzes da razão. As tendências eurocêntricas expandiram barreiras atuando desde o meio social, filosófico, e também na Teoria da História, nos séculos XVIII e XIX. A partir de autores clássicos como Voltaire, Hegel, Marx e Engels, Weber, dentre outros. As teorias sociais do século XIX também se destacaram no Evolucionismo e o Positivismo como prova do extremismo deste ideal, declarado como universalista. (BARBOSA, 2008, p. 3,4)

Seguindo este caminho, as sociedades e os povos pré-moderno, “primitivos” ou “arcaicos” deveriam ser estudados como estágios de um caminho civilizatório único, cujo exemplo a ser imitado era a Europa Ocidental. Desta forma o eurocentrismo engloba a compreensão econômico-social (o capitalismo); culturalista (modernidade, cultura greco-romana); religiosa (judaica cristã); racial (branca). (BARBOSA, 2008, p. 3)

Como vimos o que se intenta é repisar a origem da ideologia eurocêntrica, pois se trata de uma invenção ideológica que usa como espelho a cultura grega como exclusivamente europeia e ocidental, que desde a antiguidade tentaram ser o foco da história mundial. Esse argumento é falso, porque para a história antiga não existe uma história mundial, e sim história lado a lado e isoladas: a democracia grega, o império romano, os reinos hindus, chineses, africanos e no mundo mesoamericano o império Inca, Maia e Astecas que predominaram na antiguidade.

Empiricamente, surge em 1492 uma História Mundial, antes dessa data, os impérios e sistemas culturais coexistiam entre si. Apenas com a expansão portuguesa atingindo o extremo oriente e com o descobrimento da América hispânica, todo o planeta se torna o “lugar” de uma só “história mundial”, abrindo a etapa “Moderna”; o mercantilismo mundial. (LANDER, 2001, p. 56).

Os principais acontecimentos históricos essenciais para implantação do princípio da modernidade são; o Renascimento (Século XV); Reforma Protestante (Século XVI); a Ilustração Alemã e a Revolução Francesa (Século XVIII). A segunda etapa da modernidade é marcada pela revolução Industrial do século XVIII. A Inglaterra substitui a Espanha e França como potência hegemônica, e toma o comando da história Moderna e da História Mundial. (LANDER, 2001, p. 56).

A Modernidade é a justificativa de uma prática irracional da violência, pois a sociedade moderna é superior. Portanto, obriga a desenvolver os mais “primitivos”, e o caminho para este processo educativo tem que ser espelhado nos moldes europeus, ocidentais, cristãos e

iluministas. E quem se opor a modernidade civilizadora, será utilizado à violência, chamada também de “guerra justa” como justificativa de um ato libertador aos colonizados.

A consequência da tamanha brutalidade oculta na modernidade e dos princípios dominantes, a exemplo no Brasil foi o índio sacrificado, o negro escravizado, a mulher oprimida, e a alienação cultural e racional em prol da legitimação lógica desenvolvimentista hegemônica.

Comparando o eurocentrismo e trazendo ele para os dias atuais, o novo padrão mundial busca visar à dinâmica expansiva atual da mercantilização do capital a nível global, presente na sociedade capitalista contemporânea que continua fomentando uma verdade de “desenvolvimento”, criando tendências hegemônicas, preferencialistas em uma sociedade globalizada e neoliberal no século XXI.

### 3.1 Alteridade

Há duas tendências dominantes em relação a esta postura que visam construir um saber pós- eurocêntrico da História. A primeira é daqueles que tem aproximado, cada vez mais, a História da Antropologia. A novidade tem sido a difusão de uma “antropologização” dos conceitos historiográficos, que postula uma visão crítico – assimilativa acerca das categorias clássicas de entendimento dos fatos sociais. (BARBOSA, 2008, p. 7)

A questão a ser destacada é a de superação dos ideais eurocêntricos da história, que tem caminhado a passos lentos, mas firmes, é a aceitação de que a racionalidade e a percepção da historicidade não são exclusivas de nenhum povo ou cultura, mas que faz parte do homem.

O respeito à diversidade cultural e o seu reconhecimento, principalmente quando se trata de minorias discriminadas, é um tema que se encontra em evidência, tanto em debates acadêmicos quanto no cotidiano da sociedade brasileira. Diante disso, pondera-se que a Alteridade tem como pressuposto centrar o saber do ato de colocar-se no lugar das outras culturas, a fim de percebê-las, compreendê-las e reconhecê-las na plenitude da dignidade humana. Para que todos e todas, mesmo diante das diferenças, possam atingir o pressuposto de uma vida com mais dignidade dentro de uma sociedade composta por grupos sociais tão distintos. (ANGELIN, 2012, p. 71)

Contribuindo para a definição da expressão Alteridade, é diferenciada a dignidade da pessoa humana de dignidade humana, afirmando que a primeira se refere ao ser humano concreto e individual, enquanto a segunda abrange toda a humanidade, entendida como uma qualidade comum de todos os seres humanos ou como um conjunto de valores que os engloba. Sendo assim, a dignidade pode envolver tanto um caráter individual, quanto traz consigo, ao mesmo tempo, uma dimensão humanitária. (ANGELIN, 2012, p. 73).

Foi no cristianismo primitivo que a ideia da dignidade da pessoa humana ganhou mais ênfase, uma vez que, segundo esses ensinamentos, todos os seres humanos foram criados à imagem e semelhança de Deus. Essa ideia de semelhança com Deus propiciou uma maior valorização dos seres humanos como portadores de dignidade. (ANGELIN, 2012, p. 73).

Já no Estado Moderno, a dignidade da pessoa humana abrange a ideia de um direito inalienável e irrenunciável, presente nos seres humanos. Assim, o direito à dignidade

humana existiria independente do direito formal, num contexto em que todas as pessoas são iguais em termos de dignidade, no sentido de serem reconhecidos como seres humanos, independente de atos indignos ou infames que pratiquem na sociedade. (ANGELIN, 2012, p. 74).

A forma de se reconhecer a dignidade da pessoa humana generaliza um comprometimento com a Alteridade multicultural, e com o respeito ao que é diferente, pois envolve processos de reconhecimento de identidades e relações de poder. E o que deve ser considerado é que não existe uma só cultura, pois todas estão envolvidas umas com as outras, nenhuma é exclusiva ou pura, todas são híbridas, miscigenada, extraordinariamente diferenciada e mutável.

A “diferença” pode ser concebida em oposição à identidade e também de forma independente, ou seja: a diferença é aquilo que o outro é. Portanto, a diferença só poder ser reconhecida diante de uma identidade e vice-versa. Nesse contexto, é possível perceber que tanto a identidade quanto a diferença são elementos inseparáveis e conjuntamente construídos dentro de uma determinada cultura. Afirmando que o reconhecimento da identidade e da diferença nunca é inocente, pois carregam em si uma relação de poder. (ANGELIN, 2012, p. 76, 77).

Nesta mesma linha de raciocínio, as comunidades indígenas são atores de uma memória que precisa ser resgatada. São necessários exemplos que mostrem o seu pleno reconhecimento, e o entendimento da problemática da inserção social, respeito, solidariedade, que possam agregar na sociedade vigente. A Constituição de 1988 deu suporte para a estruturação das organizações indígenas, que tem o foco na atuação política e captação de recursos para serem investidas em melhoras de suas comunidades (educação, saúde, direito às terras...). Ter uma identidade é ter uma memória própria. Por isso a recuperação da própria história é um direito fundamental das sociedades indígenas. Esse fato é de total relevância para a historiografia brasileira ao trabalhar o resgate do estudo sobre o índio.

Em geral o chamado multiculturalismo apoia-se em um vago e benevolente apelo à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença. A grande questão do multiculturalismo reside no fato de quê, nos compete respeitar as identidades, convivendo com o diferente. O multiculturalismo apregoa o respeito às diferenças e manifestações culturais, referindo inclusive que é imperioso encorajar as particularidades/minorias, buscando fortalecer uma política de igualdade e dignidade entre os seres humanos, respeitando as suas particularidades.

Mesmo com tantos avanços a favor do Brasil em relação ao reconhecimento do multiculturalismo, direcionado as populações indígenas, ainda continua no imaginário da grande massa e do próprio Estado, a ideologia de que as culturas minoritárias devem se adaptar à cultura capitalista vigente. Ao invés de tentar criar programas de ações integrados, associados ao desenvolvimento e a inserção social, de educação, infraestrutura, capacitação, cidadania, e resgate da memória e cultura para a melhoria da qualidade de vida das comunidades. Além dos programas de ação social, trabalhar na parte ideológica, como a conscientização da população, promover a quebra de paradigmas que dificultam a aproximação dos indivíduos brasileiros às suas raízes étnicas, ou por vergonha, pela falta de informação, ou medo da opinião pública. Todos estes fatores tornam-se extremamente trabalhosos a manutenção dos valores, práticas, das tradições e costumes que diferenciam

os indígenas do restante da população brasileira, com o objetivo de reconciliá-los com a respectiva identidade cultural do Brasil.

#### 4 O desenvolvimentismo no Governo Lula

Como analisado anteriormente, o desenvolvimentismo originou-se no Brasil a partir do Governo de Getúlio Vargas em 1928, estabelecendo uma nova relação entre Estado, economia e sociedade, e que, o Estado sempre estará à frente das demais para estimular o desenvolvimento.

Trazendo o assunto ao contexto atual do Brasil, as políticas desenvolvimentistas continuam presentes na cúpula máxima do poder executivo, havendo grande destaque no Governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva durante o período de 2002 a 2010, com projetos de transformação social, aplicada politicamente de maneira planejada e guiado pelo Estado, conciliando economia e avanço social. Continuando um delicado processo que vai além do problema econômico, aspectos sociais e políticos, lhe dando com demandas, interesses, ideologias e projetos incumbidos no alcance do “interesse público”. A frase, crescer primeiro para distribuir depois, é apresentada na ideologia desenvolvimentista como uma metáfora na construção de um ideal a se alcançar. (CEPÊDA, 2012, p. 8)

A questão presente nas políticas do governo Lula da última década e em seu projeto de sustentação no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e PAC II), firma-se em uma busca/saída para a problemática da exclusão social como eixo do problema a ser alcançado. Ganhando destaque em ações, como o slogan de propaganda do governo federal: “Brasil – país rico é um país sem pobreza”.

Nesse contexto, as estratégias desenvolvimentistas segmentam-se em setores-chaves como a economia exportadora, acompanhada de estratégias cambiais e creditícias, voltando-se para o fortalecimento da totalidade da cadeia produtiva. São definidas como expressão do desenvolvimentismo porque antecipam ou neutralizam amarras estruturais da produção, portanto reafirmando o papel da orientação racional do desenvolvimento. (CEPÊDA, 2012, p. 8)

Outra mudança nas políticas recentes está embasada no papel estratégico do consumo e da renda popular no auxílio do desenvolvimento econômico e social. O Estado descobre na massa, uma grande via de consumo, e transferência de renda direta (Bolsa Família, Bolsa Escola), políticas de crédito popular e economia social. Uma estratégia que se caracteriza pela base de mercado interno e pela inovação via multiplicação organizacional/empreendedora popular.

No mesmo governo surgem as políticas de democratização de acesso a educação superior, com financiamentos de mensalidades para alunos de baixa renda no sistema privado (Pro Uni - Fies) e a criação de novos mecanismos para inserção/seleção na rede pública (Enem, Sisu). A educação tem o papel de gerar mudanças futuras, mobilidade social, inclusão política além de colaborar com processo de aprendizagem e manifestação cultural.

O Brasil sentiu as fortes mudanças positivas oferecidas pelo governo na administração do Presidente Lula no início de 2002 a 2010, que tem como plano de fundo a ideologia democrática e inclusiva da Constituição de 1988. Viabilizando canalizar institucionalmente a

demanda de distintos grupos sociais, tornando-se de extrema importância a diminuição das deficiências sociais (desigualdade e pobreza), possibilitando uma mudança da estrutura de poder político e de suas formas de operacionalização. (CEPÊDA, 2012, p. 7)

Durante o Governo Lula, as comunidades indígenas não conseguiram perceber tantos avanços no que se refere à demarcação de suas terras. A partir de 2002 o número de terras indígenas é bem inferior comparado aos governos anteriores. Além disso, o Supremo Tribunal Federal reativou discursos desenvolvimentistas, apresentando um novo problema normativo para a questão das terras indígenas. O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) visa investir em diversos setores da economia, mas especialmente o de infraestrutura e energia (hidroelétricas e biocombustíveis). Um dos casos que ganharam grande repercussão na mídia é o projeto de construção da Usina de Belo Monte em Altamira, no Estado do Pará, que alagará as terras indígenas da comunidade Xingu após o seu término.

É claro observar nestas situações a presença de conflitos sociais que remetem a reestruturação das relações território e natureza com o processo de acumulação de capital que são fomentados pelas políticas desenvolvimentistas. Por lei as terras indígenas são propriedade da União, o Estado poderá utilizar a força nacional para facilitar a gestão territorial, nas grandes obras de infraestrutura e exploração mineral e recursos estratégicos.

Delineia-se uma nova conjuntura, em que está se reconfigurando a relação entre etnicidade, desenvolvimentismo e questão agrária, manifestando-se em impasses regionais e nacionais nas relações entre Estado e grupos étnicos em torno do uso e gestão dos territórios. (FERREIRA, 2011, p. 217).

Isso significa que é preciso problematizar a própria noção de desenvolvimento, bem como os efeitos das políticas desenvolvimentistas, em que as comunidades indígenas, quilombolas e ambientalistas são obstáculos para o progresso. De maneira geral, a categoria desenvolvimento denota um estado ou um processo associado com bem-estar material, justiça social, crescimento econômico, prosperidade individual até mesmo equilíbrio ecológico. Assim, o discurso do desenvolvimento ou do crescimento é um componente fundamental das próprias políticas e projetos do desenvolvimentismo. (FERREIRA, 2011, p. 218).

Uma solução para tamanho problema é a criação de uma ética, que possa ser reguladora das relações entre os povos indígenas e o Estado - Nação. Sendo o desenvolvimento sustentável um projeto muito discutido e proposto pela ex Ministra do Meio Ambiente Marina Silva, como um dos modelos possíveis de desenvolvimento alternativo, oposta a ideologia desenvolvimentista, normalmente portadora de posturas contaminadas de autoritarismo.

Deve ser adotada uma política pública em nível nacional unida e pensada com a política indigenista, trabalhando para uma interlocução, voltada a uma negociação democrática trabalhando a cidadania indígena, na tentativa de inserir essa minoria - como tem trabalhado a FUNAI (Fundação Nacional do Índio), CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e ISA (Instituto Socioambiental), que se tornam excluídas ou sequer pensadas pela própria sociedade civil.

#### 4.1 A Comunidade Pataxó e suas conquistas

É necessário abordar e discutir os reais problemas acerca da realidade vivida nas comunidades indígenas em processo de retribalização e inserção social, no Estado brasileiro que vem crescendo e desenvolvendo-se a cada dia que passa. O estudo de caso que utiliza como fonte bibliográfica a revista, Brasileiros de Raiz N° 6 do mês de Março de 2012, abordará a comunidade Pataxó no estado da Bahia, e o trabalho que fazem para resgatar sua cultura, dignidade, orgulho em serem reconhecidos como índios.

Atualmente, a comunidade Pataxó tem uma população de aproximadamente 18 mil indígenas na Bahia, mais especificamente em Porto Seguro. Há décadas vem elaborando um projeto independente do resgate cultural e identidade indígena, abafada durante muito tempo pela sociedade que os cerca. Um processo guiado por lideranças, esforçando-se para dar ao seu povo o espaço de direito merecido aos povos indígenas e a inserção social, eximindo o adormecimento cultural. Superando inúmeras barreiras, e problemas, que avança mais e mais, com os esforços de líderes indígenas, instituições governamentais e não governamentais. Formando um pilar resistente com 31 aldeias Pataxós e 3 Tupinambás.

Por consequência do desenvolvimento no Estado e municípios como Porto Seguro, Cabrália e Coroa Vermelha, um dos maiores desafios das comunidades indígenas é a convivência com a sociedade envolvente. As aldeias locais são totalmente urbanas, com ruas asfaltadas, energia, saneamento básico casas de tijolo e alvenaria, como qualquer outra cidade brasileira. Ou seja, em Coroa Vermelha, por exemplo, existem áreas em que, de um lado da rua é terra demarcada indígena e do outro, é bairro do município. Essa aproximação é um desafio que vem sendo superado a cada dia que passa. É importante destacar que hoje estes centros urbanos, agregam os indígenas e não indígenas que conseguem viver harmoniosamente bem. Uma grande vitória, para a comunidade, mas ainda tem bastante a se avançar para que elas comunidades alcancem sua cidadania plena e o respeito aos seus direitos.

O resgate da cidadania tem levado muitos líderes indígenas da região, e de todo o País, procurar direcionamentos para lutar pelos seus direitos. De início foi no campo educacional, muitos jovens indígenas entraram nas universidades. Assim, abriram o caminho do conhecimento e transportaram para suas aldeias a consciência e a importância do estudo formal, para a aceitação e competição na sociedade vigente onde estão inseridos. Do conhecimento formal, passaram para a política que em sua origem visava pela justa marcação de seus territórios, expandindo para outros setores, como no poder legislativo e executivo, na conquista de cargos públicos em prefeituras, na eleição de prefeitos e vereadores. As conquistas nestes campos estão permitindo a criação de políticas públicas para as comunidades e participação das decisões de grande importância nas instâncias de poder que os afetam.

Os povos indígenas, por mais de cinco séculos, enfrentaram as mais diferentes tendências de comportamento da sociedade em relação a si. Foram tratados como ingênuos, e, logo em seguida, como selvagens na chegada dos portugueses. Inimigos dos interesses da Coroa, sendo perseguidos, assassinados, catequizados. Sofreram diversificados tipos de abusos, mesmo assim não conseguiram extingui-los. Os pequenos grupos de resistência fugiram, se esconderam, se misturaram à sociedade, assimilando a cultura, língua e modo de vida do

homem branco. Para chegar ao século XXI e ressurgir, se reassumindo índio, resgatando sua língua, danças, cultura e modo de vida.

O resgate étnico-cultural e a retribalização são processos longos a serem feitos, pois existe todo um movimento de trabalho por parte dos historiadores e antropólogos na pesquisa de documentos históricos e por meio da oralidade dos índios mais velhos, para reelaboração de material que possa ressignificar o estudo de inúmeras comunidades indígenas espalhadas por todo o Brasil. À aceitação e o convívio com estas comunidades, ainda existe muito preconceito. Ainda há muito para se lutar até que os índios possam ser cidadãos brasileiros íntegros e gozar de todos os seus direitos.

A etnia Pataxó vive intensamente o processo de resgate cultural e da sua identidade. Mesmo com os inúmeros impasses, enfrentam o preconceito, lutam pela devolução e remarcações de suas terras, conseguem espaços políticos para ajudar nas decisões públicas que serão de interesses da comunidade, trabalham no estudo da sua língua, e cultura, criam opções sustentáveis de desenvolvimento, buscando melhorar sua imagem por meio de uma relação respeitosa com a sociedade.

O ponto de partida da história Pataxó foi após o Massacre de 1951, como marco, o retorno à Aldeia de Barra Velha, também chamada de Aldeia Mãe. O Fogo de 51 foi causado por “engenheiros” a mando do Estado, que roubaram artefatos de uma fazenda e cortaram a fiação do telégrafo na cidade vizinha. Depois de roubarem o que podiam, colocaram as provas do crime dentro da comunidade Pataxó. Na madrugada do dia seguinte chegaram os policiais, e começou a chacina, ateou fogo nas casas, índios foram mortos, provocando a fuga de muitos na tentativa de sobreviver.

A partir daí no decorrer dos anos, a comunidade foi se agrupando, e formando novas aldeias na região. Com aproximadamente 6 mil indígenas que vivem no território de Barra Velha e estão divididas em 18 aldeias, todas formadas a partir da Aldeia Mãe. A postura pacífica e determinação no resgate dos seus direitos têm sido fundamental em suas conquistas, como a criação da Superintendência dos Povos Indígenas na Prefeitura de Porto Seguro, por conta da ação de grande maioria da comunidade de Barra Velha.

Outras conquistas também ganham destaque com a união da comunidade e a prefeitura. Por exemplo, a construção da ponte de acesso à comunidade, instalação de energia elétrica recuperação das estradas. No âmbito educacional, os Pataxós são uma das poucas comunidades que possuem ensino fundamental e médio, abrindo aproximadamente 700 vagas que permitem que os jovens indígenas completem os estudos sem se afastar de suas raízes culturais, preparando-os para enfrentar o mundo como cidadãos indígenas, conscientes, integrados, e orgulhosos de sua cultura e identidade Pataxó. É de total importância enfatizar que as escolas da região adotam um currículo escolar diferenciado, incluindo temas como a cultura e história indígena, direitos indígenas, Patxohã (língua Pataxó), inserindo também os conteúdos da escola ocidental. São estratégias que colaboram no processo de resgate e preservação da cultura. Esses são alguns dos vários resultados alcançados devido à fusão da união das lideranças indígenas de Barra Velha, uma construção coletiva.

Com a reestruturação da comunidade Pataxó, tornou-se possível a criação de um conselho comunitário, onde cada aldeia elege o seu representante (Cacique). Os jovens, os idosos e as

mulheres também possuem um representante no conselho, onde todos os grupos fazem reuniões individuais, no seu setor. Visando discutir todos os trabalhos e projetos que a comunidade elabora. Enfatizando que a organização dos interesses da comunidade, não parte somente da FUNAI ou da prefeitura.

A comunidade Pataxó de Barra Velha também ganha destaque na economia, como o Turismo Ecológico na Reserva de Jaqueira. A principal atividade turística é o passeio de bugres pela terra indígena, entre os municípios de Caraíva e Corumbauú. São 12 km de praia adentro da área demarcada. Hoje o projeto conta com uma frota de 25 bugres totalmente renovados.

Um negócio articulado com o auxílio do Banco do Nordeste, através de juros baixos, permitiu à comunidade a formação de um rebanho de gado com aproximadamente 1500 cabeças e, como consequência, proporcionou a criação de açougues e um frigorífico que atende produtores e consumidores.

Outro destaque é a pesca artesanal. Alguns indígenas possuem barcos individuais, mas a comunidade possui um barco coletivo, sendo que a produção deste barco é vendida pela metade do preço de mercado para a própria comunidade, além da venda da pesca, para empresários e comerciantes que possuem restaurantes e barracas nas praias. A comunidade conta também com uma grande produção de farinha de mandioca e artesanato.

O crescimento da comunidade tem proporcionado aos índios Pataxós um aumento em seus recursos. Diante dessa realidade, em breve poderá se tornar um mercado autossustentável. As lideranças locais já planejam a criação de um banco popular para fazer com que o dinheiro da comunidade circule internamente, fortalecendo os projetos de iniciativa indígena para reinvestimento na própria comunidade.

Com todos estes avanços, a reorganização da comunidade indígena na Aldeia Mãe, a formação de um mercado e economia ativa, projetos de educação na preservação da língua, cultura, e dos seus direitos, a comunidade Pataxó se torna uma grande referência, um espelho a ser seguido para as demais retribalizações que estão acontecendo no Brasil.

## 5 Considerações Finais

As informações e reflexões apresentadas neste trabalho englobam a problemática da inserção social, existente nas comunidades indígenas do Brasil, e sua relação de conflito com as políticas públicas de Estado ideologicamente desenvolvimentistas, que nasce no Brasil no Governo de Getúlio Vargas, mas ainda hoje fomenta um ideal, que para um país sair da miséria é preciso desenvolver.

No processo de reafirmação do desenvolvimentismo, a visão eurocêntrica abarca um conjunto de valores que colaboram com o ideal de desenvolvimento. Desenvolver-se é exclusivo de uma cultura única e sistematicamente “avançada”, ou seja, a europeia, o molde no processo de transformações e imposições culturais, ideológicas e sociais no mundo. Assim, a cultura europeia se torna um modelo a ser imitado universalmente.

Em contrapartida, a Alteridade trabalha com a desconstrução da ideologia eurocêntrica, por meio de uma explanação multiculturalista. Que a história é não é algo exclusivo de uma cultura “melhor”, ou “superior” as demais. E sim quê, o processo histórico faz parte do

homem como indivíduo social, reafirmando que é imprescindível o reconhecimento da identidade cultural e o respeito à dignidade humana.

Apontaram-se os diferentes processos que aconteceram na historiografia indígena, que contemplam diferentes conjunturas de interesses e agentes.

O trabalho evidenciou que não se trata apenas reconhecer as histórias específicas de diferentes comunidades, mas sim considerá-los agentes fundamentais na construção de uma sociedade: a brasileira. É dever do Estado um tratamento mais justo e adequados para essas comunidades.

O grande exemplo demonstrado pela luta no reconhecimento da igualdade, e dos direitos, é explanado nas conquistas da comunidade Pataxó, que conseguiu elaborar, mesmo diante de muitos obstáculos, formas de se construir uma retribalização. Isso foi possível por meio da educação, resgate cultural e dos seus direitos, abrindo espaço para inserção política, visando melhorias e benefícios ao dia a dia da comunidade Pataxó.

### Referências

ALVES, Fernando de Brito. BOAS, Marcia Cristina Altvater. **Inclusão social do índio e proteção do direito à saúde**. Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI. São Paulo 2009.

ANGELIN, Rosângela. GABATZ, Celso. Alteridade indígena: **A aceitação da diversidade na promoção da dignidade humana**. Mestrado em Direito da URI (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões) – Campus de Santo Ângelo. Rio Grande do Sul 2012.

BARBOSA, Muryatan Santana. **Eurocentrismo e História: problemas e alternativas**. Universidade de Ouro Preto – 2º Seminário Nacional de História da Historiografia. Ouro Preto 2008.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

**Brasileiros de Raiz**. Revista bimestral da RRCK Comunicações & Marketing Ano I N°6 – Fevereiro/Março 2012 – Brasília – DF.

CEPÊDA, Vera Alves. **Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico**. Mestre e doutora em Ciência Política pela USP. São Paulo 2012.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Desenvolvimentismo, etnicidade e questão agrária**. Encontro Anual da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais). Rio de Janeiro 2011.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra Fonseca. **Gênese e Precusores do desenvolvimentismo no Brasil**. PUC. Economia Política. São Paulo 2004.

LANDER, Edgardo. **Marxismo, eurocentrismo e colonialismo**. Ciências Sociais Universidade Central da Venezuela. Biblioteca Virtual de Ciências Sociais da América Latina 2001

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento.** Universidade de Brasília – Departamento de Antropologia. Brasília 2008

VIDAL, Lux Boelitz. **Tribunal Permanente dos povos<sup>1</sup>.** Fundação Lelio Basso para o Direito e a Libertação dos Povos. Tribunal Permanente dos Povos. Paris, outubro de 1990.